

Ação direta de inconstitucionalidade. Lei nº 3.734/2014, do Município de Poá, de iniciativa parlamentar, que dispôs sobre a criação e denominação de “rua de lazer” de trecho de logradouro daquela localidade. 1. Vício de iniciativa, a configurar invasão de competência do chefe do Poder Executivo, a que cumpre a gestão dos bens públicos, definindo, v.g., a conveniência e oportunidade de se instituir, em um logradouro, finalidade diversa daquela destinada ao trânsito de veículos. 2. Violação ao princípio da separação dos poderes, em ofensa aos artigos 5º, 25, 47, II, da Constituição do Estado de São Paulo. 3. Julgaram procedente a ação.

(TJ-SP - ADI: 21545442420148260000 SP 2154544-24.2014.8.26.0000, Relator: Vanderci Álvares, Data de Julgamento: 21/01/2015, Órgão Especial, Data de Publicação: 27/01/2015. Disponível em <https://tj-sp.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/164253656/direta-de-inconstitucionalidade-adi-21545442420148260000-sp-2154544-2420148260000?ref=serp>).